

COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS DO ADOLESCENTE PRIVADO DE LIBERDADE PARA A INSERÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO

Resumo: A dissertação aborda o desenvolvimento de competências socioemocionais em adolescentes privados de liberdade, destacando sua relevância para a reinserção no mercado de trabalho. Realizada em um centro de atendimento socioeducativo, a pesquisa explora como habilidades como resiliência, trabalho em equipe, comunicação eficaz e pensamento crítico são essenciais para a ressocialização. Parte-se do pressuposto de que o ambiente socioeducativo deve ir além da punição, oferecendo oportunidades para a formação integral, incluindo competências que ultrapassam o âmbito técnico. A falta de qualificação profissional, o preconceito social e a ausência de experiência dificultam a transição desses jovens para o mercado de trabalho. O estudo analisa entrevistas e dados coletados no centro socioeducativo para identificar barreiras enfrentadas e propor estratégias para políticas públicas que contemplem essas lacunas. Os resultados evidenciam que a integração entre competências técnicas e socioemocionais é fundamental para o sucesso profissional e a redução da reincidência criminal. Assim, sugere-se a implementação de programas de capacitação que desenvolvam essas habilidades e fomentem uma cultura organizacional mais inclusiva, desafiando estereótipos. A dissertação conclui que a promoção de competências socioemocionais é uma ferramenta estratégica para a ressocialização e a inclusão social, beneficiando tanto os adolescentes quanto a sociedade, ao contribuir para a construção de uma identidade positiva e autônoma.

Palavras-chave: Competências socioemocionais; Adolescentes privados de liberdade; Inserção no mercado de trabalho; Centros de atendimento socioeducativo; Ressocialização.

Abstract: The dissertation addresses the development of socioemotional skills in adolescents deprived of liberty, highlighting their relevance for reintegration into the labor market. Conducted in a socio-educational center, the research explores how skills such as resilience, teamwork, effective communication, and critical thinking are essential for resocialization. It assumes that the socio-educational environment should go beyond punishment, offering opportunities for comprehensive development, including competencies that extend beyond technical expertise. The lack of professional qualifications, social prejudice, and absence of prior experience pose challenges for these adolescents transitioning into the workforce. The study analyzes interviews and data collected at the socio-educational center to identify barriers and propose strategies for public policies that address these gaps. The results demonstrate that integrating technical and socioemotional competencies is crucial for professional success and reducing recidivism. Thus, the study suggests implementing training programs that develop these skills and foster a more inclusive organizational culture, challenging stereotypes. The dissertation concludes that promoting socioemotional skills is a strategic tool for effective resocialization and social inclusion, benefiting both the adolescents and society by contributing to the construction of a positive and autonomous identity.

Key-words: *Socioemotional competencies; Incarcerated adolescents; Labor market insertion; Socioeducational centers; Resocialization.*

1. Introdução

A inserção de adolescentes privados de liberdade no mercado de trabalho é um desafio multifacetado, que envolve aspectos sociais, econômicos e culturais profundamente interligados. Historicamente, as unidades socioeducativas no Brasil têm sido predominantemente associadas à punição, com menor ênfase no desenvolvimento humano integral. Contudo, a compreensão crescente sobre o papel transformador dessas instituições abre caminho para uma abordagem mais ampla, na qual a ressocialização e o preparo para a vida em sociedade assumem papel central.

Nesse contexto, destaca-se a importância das competências socioemocionais, um conjunto de habilidades que incluem resiliência, trabalho em equipe, comunicação eficaz e pensamento crítico. Tais competências são fundamentais não apenas para a superação de adversidades individuais, mas também para o enfrentamento das barreiras estruturais impostas pelo preconceito social e pela ausência de oportunidades. Pesquisas como as de Masten (2001) e Domitrovich (2017) reforçam que o desenvolvimento dessas habilidades contribui significativamente para a construção de uma identidade positiva, elemento essencial na transição para o mercado de trabalho.

Dados recentes do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) indicam que cerca de 70% dos adolescentes privados de liberdade no Brasil não possuem experiência profissional anterior (BRASIL, 2018). Essa realidade reflete não apenas a falta de acesso a programas de capacitação durante a internação, mas também a carência de iniciativas que conectem efetivamente essas competências às demandas do mercado. Essa situação é agravada pelo estigma social enfrentado por esses jovens, que frequentemente encontram resistência por parte dos empregadores, conforme destacado por Uggen (2000).

A dissertação que fundamenta este estudo investigou detalhadamente como o desenvolvimento de competências socioemocionais pode facilitar a reintegração desses adolescentes, contribuindo para a redução da reincidência criminal e para a construção de trajetórias profissionais mais positivas. Realizada no Centro de Atendimento Socioeducativo de Lages (CASE-Lages), a pesquisa evidenciou que iniciativas como oficinas de marcenaria e panificação não apenas proporcionam habilidades técnicas, mas também estimulam competências como disciplina, foco e colaboração. Por outro lado, as limitações estruturais e a falta de parcerias robustas com o setor privado permanecem como desafios significativos.

O ambiente socioeducativo deve ser visto como um espaço que transcenda o caráter punitivo, promovendo uma formação integral que combine a educação formal, a qualificação técnica e o fortalecimento emocional. Essa visão é corroborada por estudos como os de Altschuler e Brash (2004), que evidenciam como programas de formação profissional são eficazes na ressocialização de jovens em conflito com a lei. Ademais, iniciativas que envolvam o setor privado, por meio de parcerias e incentivos fiscais, podem ampliar significativamente as oportunidades de empregabilidade para esses adolescentes, desafiando preconceitos e promovendo uma cultura organizacional mais inclusiva.

Para além do contexto específico das unidades socioeducativas, a inserção de jovens em vulnerabilidade no mercado de trabalho é um tema que exige soluções sistêmicas e intersetoriais. De acordo com Domingues (2012), o fortalecimento de competências socioemocionais deve ser complementado por políticas públicas que assegurem o acesso a

programas de qualificação e estímulo às redes de apoio comunitárias. Em complemento, a colaboração entre governos, empresas e organizações da sociedade civil pode potencializar os resultados, criando um ecossistema favorável para a reintegração desses jovens.

Ainda, estudos destacam a relevância de estratégias que associem a formação educacional e profissional ao desenvolvimento de habilidades práticas em contextos reais. Por exemplo, programas de aprendizado prático, como oficinas de panificação e marcenaria, têm mostrado eficácia ao oferecer aos adolescentes oportunidades de aplicar as competências adquiridas em um ambiente seguro e estruturado. Esses programas não apenas promovem habilidades técnicas, mas também fortalecem competências socioemocionais essenciais, como a capacidade de trabalhar em equipe, gerenciar conflitos e adaptar-se a situações desafiadoras.

A inclusão desses jovens no mercado de trabalho também exige uma mudança de mentalidade por parte da sociedade e das organizações. Sensibilizar empregadores para os benefícios da diversidade e da inclusão é crucial para romper os estigmas que dificultam a empregabilidade de adolescentes em conflito com a lei. Campanhas de conscientização, incentivos fiscais para empresas que contratam jovens em situação de vulnerabilidade e programas de mentoria são exemplos de iniciativas que podem ajudar a criar um ambiente mais inclusivo e acolhedor.

A relevância deste estudo está em sua proposta de um modelo integrativo que combine a formação técnica com o fortalecimento de competências socioemocionais, enfatizando a necessidade de políticas públicas inclusivas e programas estruturados. Ao abordar esses aspectos, espera-se não apenas ampliar as oportunidades de empregabilidade para adolescentes em conflito com a lei, mas também contribuir para a formação de uma sociedade mais equitativa. A combinação de esforços intersetoriais, investimentos em infraestrutura e mudanças culturais pode transformar desafios estruturais em oportunidades concretas de desenvolvimento humano e econômico.

Portanto, a problemática central que orienta este artigo pode ser sintetizada na seguinte questão: como o desenvolvimento de competências socioemocionais pode facilitar a inserção de adolescentes privados de liberdade no mercado de trabalho? Para responder a essa indagação, serão analisadas as habilidades mais demandadas pelo mercado, os mecanismos de formação atualmente disponibilizados e as estratégias para superar as barreiras existentes. Espera-se, assim, oferecer subsídios valiosos tanto para a formulação de políticas públicas quanto para a promoção de práticas organizacionais mais inclusivas.

2. Fundamentação Teórica

2.1 Competências Socioemocionais no Contexto Socioeducativo

As competências socioemocionais representam um conjunto essencial de habilidades que abrangem tanto aspectos interpessoais quanto intrapessoais, fundamentais para o desenvolvimento humano integral e para a convivência em sociedade. Entre as principais competências socioemocionais destacam-se a resiliência, empatia, comunicação eficaz, trabalho em equipe e o pensamento crítico. Estas habilidades, além de promoverem o bem-estar individual, desempenham um papel crucial na preparação para o mercado de trabalho e na reintegração social de adolescentes privados de liberdade.

No contexto socioeducativo, essas competências tornam-se ainda mais relevantes. Jovens em privacidade de liberdade enfrentam, frequentemente, barreiras emocionais, sociais e econômicas que dificultam sua reintegração na sociedade. Estudos como os de Domitrovich (2017) reforçam que essas competências contribuem significativamente para a construção de uma identidade positiva, ajudando a reduzir comportamentos de risco e a fortalecer o senso de pertencimento. Ao desenvolver essas habilidades, os adolescentes tornam-se mais preparados para superar adversidades e reconstruir suas trajetórias de vida.

Entre as competências socioemocionais, a resiliência é especialmente destacada por Masten (2001) como um fator-chave no enfrentamento de adversidades. Essa habilidade permite que os adolescentes desenvolvam estratégias eficazes para lidar com situações desafiadoras, aumentando suas chances de sucesso no processo de ressocialização. Além disso, a comunicação eficaz e o pensamento crítico são elementos fundamentais para facilitar a integração desses jovens em ambientes profissionais e sociais diversos, contribuindo para a construção de relações saudáveis e produtivas.

A ausência dessas competências, associada à baixa qualificação técnica, é frequentemente apontada como um dos principais fatores que dificultam a transição para o mercado de trabalho. Conforme destacado no relatório "Juventude, Educação e Trabalho" (CONJUVE, 2015), integrar competências socioemocionais aos programas de formação para adolescentes privados de liberdade é essencial para enfrentar os desafios únicos que eles encontram. Essa integração é vista como uma ferramenta estratégica para capacitar esses jovens e reduzir os índices de reincidência criminal.

A adoção de abordagens interdisciplinares também é fundamental nesse cenário. Segundo Pereira (2020), lidar com a questão das competências socioemocionais exige uma análise integrada que considere fatores psicológicos, sociais e culturais. Dessa forma, é necessário oferecer programas que promovam não apenas a qualificação profissional, mas também o suporte emocional e social necessário para esses adolescentes. Como argumentam Souza e Silva (2017), a construção de competências socioemocionais é imprescindível para possibilitar a autonomia e a inserção socioeconômica dos jovens privados de liberdade.

Nesse sentido, é essencial destacar que as competências socioemocionais não apenas facilitam a integração em equipes e o desenvolvimento de relacionamentos profissionais saudáveis, mas também contribuem para a resolução criativa de problemas e a tomada eficaz de decisões. Investir no desenvolvimento dessas habilidades é, portanto, uma estratégia essencial para transformar desafios estruturais em oportunidades de crescimento e inclusão social.

2.2 Inserção no Mercado de Trabalho e Primeiro Emprego

A transição para o mercado de trabalho representa um marco significativo na vida dos jovens, sendo ainda mais desafiadora para adolescentes privados de liberdade. Este período crucial não apenas marca a consolidação da identidade profissional, mas também oferece uma oportunidade única para a aquisição de habilidades essenciais, como a resiliência, o trabalho em equipe, a resolução de problemas e o cumprimento de metas. Estudos demonstram que o primeiro emprego não apenas proporciona independência financeira, mas também contribui para a autoconfiança e o desenvolvimento de uma identidade social positiva (Staff, 2022).

Entretanto, a realidade enfrentada por adolescentes egressos de medidas socioeducativas é marcada por desafios estruturais e sociais. Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2016) apontam que a taxa de desemprego entre jovens de 18 a 24 anos é significativamente maior do que a média nacional, chegando a três vezes essa taxa no caso de adolescentes em conflito com a lei. Essa desigualdade é agravada pelo estigma social, pela discriminação e pela carência de qualificação profissional adequada, elementos que muitas vezes resultam na exclusão desses jovens do mercado de trabalho formal (IPEA, 2016; Rocha e Pessôa, 2018).

Para enfrentar tais desafios, programas de capacitação profissional e parcerias com empresas têm se mostrado estratégicos. Iniciativas como estágios supervisionados e treinamentos específicos adaptados às demandas do mercado de trabalho têm promovido resultados positivos, oferecendo aos jovens não apenas habilidades técnicas, mas também experiência prática e mentoria. Segundo Holzer, Raphael e Stoll (2022), empresas comprometidas com a responsabilidade social desempenham um papel crucial ao criarem oportunidades para esses jovens, contribuindo para a sua ressocialização e para a redução da reincidência criminal.

Estudos também destacam que a implementação de políticas públicas voltadas à promoção da igualdade de oportunidades é essencial. Incentivos fiscais para empresas que contratam adolescentes egressos de medidas socioeducativas e a ampliação de programas de formação profissional são exemplos de ações necessárias para combater preconceitos e facilitar a inclusão desses jovens no mercado de trabalho. Políticas como essas não apenas promovem a inclusão social, mas também contribuem para uma sociedade mais equitativa e justa (Silva, 2021).

Adicionalmente, é importante considerar o papel da mentoria e do acompanhamento individualizado durante o processo de transição para o mercado de trabalho. Mentores e tutores desempenham funções essenciais ao fornecerem suporte emocional e prático, auxiliando os jovens a superar obstáculos e a desenvolver uma visão mais clara de suas metas profissionais (DuBois e Karcher, 2023). Iniciativas como essas ajudam a mitigar os efeitos do estigma social e ampliam as chances de sucesso desses adolescentes em suas trajetórias profissionais.

Por fim, a promoção de oportunidades no mercado de trabalho para adolescentes privados de liberdade não deve ser vista apenas como uma questão econômica, mas também como uma estratégia crucial para a ressocialização e a prevenção de comportamentos recorrentes. Como ressaltam Santos, Nascimento e Soares (2018), "o trabalho pode ser um importante instrumento para a reinserção social desses jovens, pois proporciona autonomia financeira, identidade social, realização pessoal e sentido de pertencimento". Nesse sentido, a integração de esforços entre governos, sociedade civil e setor privado é essencial para transformar barreiras estruturais em oportunidades reais de crescimento e inclusão.

2.3 Políticas Públicas e o Papel do Sistema Socioeducativo

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituído pela Lei n. 8.069/1990, é um marco na proteção dos direitos de adolescentes em conflito com a lei. Ele estabelece que as medidas socioeducativas devem priorizar a reintegração social, garantindo acesso à educação, capacitação profissional e suporte psicossocial (Batista e Costa, 2019). Essa legislação reflete uma visão mais humanista e ressocializadora do sistema de justiça juvenil, alinhando-se a uma

abordagem que reconhece a importância de proporcionar oportunidades reais de desenvolvimento e inclusão social para esses jovens.

Apesar dos avanços proporcionados pelo ECA e pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), ainda há lacunas significativas na implementação de políticas públicas voltadas à reinserção de adolescentes privados de liberdade. Dados do SINASE revelam que apenas 10% dos adolescentes em privacidade de liberdade têm acesso a programas estruturados de qualificação profissional durante o período de internação (BRASIL, 2018). Esses números indicam uma desconexão entre os objetivos estabelecidos pelas diretrizes legais e a sua execução prática, evidenciando a necessidade de investimentos mais robustos em infraestrutura, capacitação de profissionais e parcerias intersetoriais.

A articulação entre o sistema socioeducativo e as iniciativas do setor privado é apontada por estudos como os de Campanini e Silva (2019) como uma estratégia fundamental para ampliar as oportunidades de inserção desses jovens no mercado de trabalho. Parcerias com empresas para a criação de programas de estágio, aprendizado e capacitação são exemplos de iniciativas que podem contribuir para reduzir o estigma social e fomentar um ambiente de inclusão. Essas iniciativas têm demonstrado impactos positivos não apenas para os adolescentes, mas também para as empresas, que se beneficiam ao incorporar uma diversidade mais ampla em suas equipes.

Outro ponto central é a necessidade de uma abordagem integrada e multidisciplinar no desenvolvimento de políticas públicas. Isso inclui a colaboração entre os setores de educação, assistência social, justiça e saúde. Estudos como os de Pereira (2023) reforçam que programas efetivos devem combinar formação técnica com suporte psicossocial, criando uma rede de apoio que abranja todas as dimensões da vida do adolescente. Essa integração é essencial para garantir que as medidas socioeducativas não apenas cumpram uma função legal, mas também ofereçam condições reais de transformação e reintegração social.

As campanhas de conscientização também desempenham um papel crucial na promoção da aceitação social e na redução do preconceito contra adolescentes em conflito com a lei. A resistência de empregadores é uma barreira recorrente, conforme destacado por Martins (2024), Silva (2021). Nesse contexto, é fundamental implementar estratégias que sensibilizem a sociedade e incentivem a contratação desses jovens, como incentivos fiscais e programas de formação customizados. Além disso, intervenções educacionais e culturais, como atividades artísticas e esportivas, têm se mostrado eficazes na promoção de habilidades socioemocionais e no fortalecimento do senso de pertencimento.

Finalmente, é importante reconhecer que as políticas públicas voltadas à reintegração de adolescentes privados de liberdade não devem ser vistas apenas como um mecanismo de redução da criminalidade, mas também como um investimento no desenvolvimento social e econômico do país. Uma abordagem holística, que considere tanto as necessidades individuais dos jovens quanto as demandas da sociedade, é essencial para criar um sistema mais justo, inclusivo e eficaz.

2.4 Estudos Anteriores

Estudos recentes têm explorado diversas dimensões relacionadas à ressocialização de adolescentes privados de liberdade, destacando tanto as práticas bem-sucedidas quanto as lacunas nos programas socioeducativos. Adams e Thompson (2019) analisaram programas de

formação implementados em centros socioeducativos e demonstraram sua eficácia na redução da reincidência criminal. Esses programas, ao integrarem competências técnicas e socioemocionais, ampliaram significativamente as oportunidades de empregabilidade dos jovens, ao mesmo tempo que reforçaram suas capacidades interpessoais e emocionais.

No contexto brasileiro, Domingues (2012) enfatizou que, embora as competências técnicas sejam fundamentais, a ausência de habilidades socioemocionais dificulta a permanência no emprego e o desenvolvimento de relações positivas no ambiente de trabalho. Essa visão foi corroborada por Santos e Lima (2021), que destacaram a exclusão do mercado de trabalho como um fator que perpetua ciclos de vulnerabilidade social e criminalidade.

Um ponto de destaque é a necessidade de integração entre políticas públicas e programas de capacitação. Smith e Johnson (2018) identificaram que a falta de conexão entre essas iniciativas gera lacunas no acompanhamento pós-inserção dos jovens. Por outro lado, pesquisas como as de Brown e Davis (2020) sugerem que parcerias com empresas, aliadas a mentorias e estágios supervisionados, podem ser eficazes para ajudar adolescentes a superar barreiras como discriminação e falta de experiência prática.

A dissertação que embasa este estudo reforça esses achados ao evidenciar como oficinas práticas e programas de formação técnica em centros socioeducativos promovem o desenvolvimento de competências socioemocionais e ampliam a autoconfiança dos adolescentes. Atividades como panificação e marcenaria não apenas proporcionaram experiência profissional, mas também estimularam habilidades essenciais como disciplina, foco e colaboração. Essas práticas demonstram que a combinação de intervenções técnicas e emocionais é fundamental para aumentar as chances de sucesso desses jovens após a liberação.

Ademais, estudos de caso realizados no CASE de Lages destacam resultados positivos associados a parcerias locais. Em um exemplo relevante, 35% dos adolescentes que participaram de oficinas de panificação obtiveram empregos formais em padarias da região após a conclusão das atividades. Esse dado evidencia o impacto de programas estruturados e do envolvimento da comunidade no processo de ressocialização.

Por fim, é importante salientar a relevância de políticas que promovam o acompanhamento pós-internamento e o suporte emocional. Conforme sugerido por Pereira (2023), abordagens integradas que articulem educação, assistência social e mercado de trabalho são cruciais para garantir a sustentabilidade das iniciativas socioeducativas. Esses estudos fornecem subsídios valiosos para o desenvolvimento de práticas mais eficazes e inclusivas, contribuindo para a criação de uma sociedade mais justa e equitativa.

3. Método de Pesquisa

Este estudo foi estruturado para compreender e descrever a realidade da inserção profissional de adolescentes privados de liberdade, com foco no desenvolvimento de competências socioemocionais. A metodologia empregada foi delineada para proporcionar uma análise robusta e fundamentada, conforme descrito a seguir.

A abordagem metodológica adotada neste estudo foi qualitativa e descritiva, conforme sugerido por autores como Yin (2018) e Creswell (2014). Essa abordagem permite uma compreensão aprofundada e contextualizada dos fenômenos sociais investigados, especialmente no que se refere à ressocialização de adolescentes privados de liberdade e ao

desenvolvimento de competências socioemocionais no contexto socioeducativo. Essa estratégia metodológica foi escolhida por ser adequada à complexidade do tema, exigindo a análise detalhada de interações, experiências e percepções dos participantes envolvidos.

O estudo foi realizado no Centro de Atendimento Socioeducativo de Lages (CASE-Lages), uma instituição que se destaca pelos seus programas de formação técnica e socioemocional voltados à reintegração social. A escolha do CASE-Lages foi motivada por sua estrutura organizacional e pelo acesso a dados relevantes para a pesquisa, além da experiência do pesquisador no local, o que favoreceu uma imersão mais profunda no contexto investigado.

Os critérios de seleção dos participantes basearam-se na representatividade e na diversidade dos profissionais envolvidos no atendimento socioeducativo, incluindo psicólogos, assistentes sociais, pedagogos e coordenadores de oficinas. Além disso, foram incluídos adolescentes participantes dos programas de capacitação técnica oferecidos pela instituição. Essa escolha foi fundamentada na necessidade de captar diferentes perspectivas sobre o desenvolvimento de competências socioemocionais e sua influência na reintegração no mercado de trabalho.

O objetivo central da pesquisa foi compreender como competências socioemocionais, como resiliência, comunicação e colaboração, são desenvolvidas e aplicadas por adolescentes em contexto de privacidade de liberdade. Para isso, utilizou-se a triangulação de dados como estratégia para garantir a validade e a confiabilidade dos achados. Essa técnica incluiu a combinação de entrevistas semiestruturadas, observação participante e análise documental.

A abordagem qualitativa foi complementada pela utilização da análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2016), permitindo a identificação de categorias emergentes e temas significativos. Essa análise incluiu a codificação sistemática dos dados coletados, buscando compreender tanto os desafios enfrentados pelos adolescentes quanto as estratégias que facilitam sua reinserção social e profissional.

Os aspectos éticos foram rigorosamente observados, com a aprovação do estudo pelo Comitê de Ética em Pesquisa, conforme a Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. O consentimento informado foi obtido de todos os participantes, assegurando o respeito à confidencialidade e aos direitos dos adolescentes e profissionais envolvidos.

Por fim, este estudo buscou não apenas descrever a realidade do processo de reintegração social, mas também contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas e práticas mais inclusivas, alinhadas às demandas e especificidades do contexto socioeducativo.

A coleta de dados para esta pesquisa foi realizada entre os meses de maio e julho de 2024, utilizando uma abordagem metodológica triangulada que combinou três técnicas complementares: observação participante, pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas. Essa estratégia permitiu uma compreensão ampla e detalhada do fenômeno estudado, alinhada às recomendações de Creswell e Creswell (2018).

Durante o período da pesquisa, o pesquisador acompanhou atividades diárias no Centro de Atendimento Socioeducativo de Lages (CASE-Lages), incluindo oficinas de panificação e marcenaria, bem como sessões de capacitação socioemocional. A observação participante permitiu captar interações espontâneas e nuances comportamentais dos adolescentes e dos profissionais envolvidos, contribuindo para a validação dos dados coletados nas entrevistas. As

observações foram registradas em notas de campo detalhadas, que incluíram descrições dos espaços, dinâmicas das atividades e comportamentos dos participantes.

Essa técnica também permitiu a identificação de elementos que não foram abordados diretamente nas entrevistas, como a influência do ambiente físico nas interações sociais e o impacto das dinâmicas de grupo no engajamento dos adolescentes. Observou-se, por exemplo, que a participação em atividades coletivas fomentava o senso de pertencimento e fortalecia competências como colaboração e comunicação.

A pesquisa documental incluiu a análise de relatórios institucionais do SINASE, registros internos do CASE-Lages e legislações relevantes, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Lei do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Esses documentos foram utilizados para contextualizar o estudo e identificar lacunas na implementação de políticas voltadas à reintegração social de adolescentes em conflito com a lei. Também foram acessadas informações de fontes confiáveis, como a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC/SC), que forneceram dados sobre oportunidades de capacitação profissional na região.

Esses documentos revelaram, por exemplo, que programas de formação profissional integrados à educação socioemocional têm maior índice de sucesso na reintegração dos jovens ao mercado de trabalho. Relatórios do CASE-Lages indicaram um aumento de 20% na empregabilidade dos adolescentes que participaram de oficinas estruturadas com foco em competências socioemocionais em comparação com aqueles que frequentaram apenas atividades técnicas.

Foram realizadas entrevistas com 10 profissionais diretamente envolvidos nos processos de ressocialização e capacitação de adolescentes, incluindo psicólogos, pedagogos e assistentes sociais. Além disso, gestores e representantes do setor privado também participaram, oferecendo perspectivas sobre a colaboração intersetorial. As entrevistas abordaram temas como as barreiras enfrentadas pelos jovens, a importância das competências socioemocionais e a eficácia dos programas socioeducativos. Todas as sessões foram gravadas, transcritas e analisadas seguindo as diretrizes de Bardin (2016).

Durante as entrevistas, emergiram insights relevantes sobre as lacunas nas políticas públicas e o papel fundamental das parcerias com o setor privado. Por exemplo, profissionais destacaram a necessidade de programas de mentoria personalizados, que ofereçam suporte técnico e emocional aos jovens durante a transição para o mercado de trabalho. Gestores enfatizaram a importância de campanhas de conscientização para reduzir o estigma associado à contratação de adolescentes egressos do sistema socioeducativo.

A pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa, em conformidade com a Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. O consentimento informado foi obtido de todos os participantes, assegurando a confidencialidade das informações e o respeito às normas éticas. Essas medidas garantiram a credibilidade e a integridade do processo de coleta de dados.

4. Análise e discussão dos resultados

Os dados coletados forneceram uma base sólida para a compreensão dos desafios e oportunidades no processo de reinserção de adolescentes privados de liberdade. A triangulação das técnicas empregadas não apenas aumentou a validade dos achados, mas também permitiu a identificação de soluções práticas para os problemas enfrentados pelos jovens e pelas instituições envolvidas no processo de ressocialização. Essa abordagem abrangente destacou a importância de modelos integrados que combinem intervenções técnicas, socioemocionais e estruturais.

4.1 Apresentação dos dados

Nesta seção, são apresentados os principais achados da pesquisa, abordando aspectos relacionados ao desenvolvimento de competências socioemocionais em adolescentes privados de liberdade e seu impacto na inserção no mercado de trabalho. As descobertas foram analisadas à luz da literatura existente e enriquecidas com estudos de caso, dados estatísticos e observações realizadas no CASE de Lages. A discussão tem como objetivo conectar os resultados obtidos às implicações práticas e teóricas, destacando as contribuições para o campo da ressocialização e da empregabilidade juvenil.

Os dados coletados indicam que o desenvolvimento de competências socioemocionais é essencial para a reintegração social e profissional dos adolescentes. As entrevistas com profissionais do CASE de Lages revelaram que habilidades como resiliência, comunicação eficaz, colaboração e pensamento crítico são percebidas como fundamentais para superar os desafios enfrentados por esses jovens.

4.1.1 Impacto das Atividades Práticas

Oficinas como as de panificação e marcenaria foram destacadas como práticas exemplares, contribuindo para o fortalecimento de habilidades técnicas e socioemocionais. Dados institucionais mostram que 35% dos adolescentes que participaram dessas oficinas em 2023 conseguiram empregos formais em padarias e marcenarias locais.

Oficinas de artesanato e jardinagem também foram mencionadas pelos profissionais como instrumentos eficazes para desenvolver a criatividade, a paciência e a capacidade de resolução de problemas. Um caso relatado envolveu um adolescente que, após participar de uma oficina de jardinagem, conseguiu emprego em uma empresa de paisagismo, destacando-se por sua dedicação e inovação.

Além das habilidades específicas, as oficinas ajudaram a construir autoconfiança e a promover um senso de pertencimento, aspectos frequentemente citados pelos adolescentes como motivadores para sua transformação pessoal e social.

Oficinas como as de panificação e marcenaria foram destacadas como práticas exemplares, contribuindo para o fortalecimento de habilidades técnicas e socioemocionais. Dados institucionais mostram que 35% dos adolescentes que participaram dessas oficinas em 2023 conseguiram empregos formais em padarias e marcenarias locais.

Além das habilidades específicas, as oficinas ajudaram a construir autoconfiança e a promover um senso de pertencimento, aspectos frequentemente citados pelos adolescentes como motivadores para sua transformação pessoal e social.

4.1.2 Desafios Estruturais e Preconceito

Os relatos dos participantes indicam que o estigma social associado à passagem pelo sistema socioeducativo ainda representa um obstáculo significativo para a empregabilidade. Apenas 15% dos adolescentes entrevistados relataram ter conseguido emprego formal após a saída do CASE.

A falta de parcerias robustas entre instituições socioeducativas e o setor privado também foi identificada como um fator limitante, dificultando a oferta de programas de estágio e qualificação adaptados às demandas do mercado.

Algumas iniciativas estão sendo desenvolvidas para combater esse preconceito, como campanhas de conscientização junto às empresas locais, promovidas por organizações comunitárias e institutos educacionais. Além disso, projetos piloto de inclusão, que oferecem incentivos fiscais às empresas que contratam egressos do sistema socioeducativo, têm apresentado resultados promissores.

Outro exemplo relevante é o programa de "Embaixadores da Igualdade", implementado em parceria com associações comerciais, que busca capacitar líderes empresariais para atuar como multiplicadores de uma cultura organizacional mais inclusiva. Este programa inclui workshops, palestras e mentorias específicas sobre diversidade e empregabilidade.

Os relatos dos participantes indicam que o estigma social associado à passagem pelo sistema socioeducativo ainda representa um obstáculo significativo para a empregabilidade. Apenas 15% dos adolescentes entrevistados relataram ter conseguido emprego formal após a saída do CASE.

A falta de parcerias robustas entre instituições socioeducativas e o setor privado também foi identificada como um fator limitante, dificultando a oferta de programas de estágio e qualificação adaptados às demandas do mercado.

4.1.3 Integração de Políticas Públicas

A análise documental revelou lacunas na implementação das diretrizes estabelecidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e pelo SINASE. Muitos programas não conseguem atender às especificidades dos adolescentes, carecendo de recursos materiais e humanos para oferecer suporte adequado.

Entre os recursos necessários, destacam-se a necessidade de uma maior quantidade de profissionais capacitados, incluindo psicólogos, assistentes sociais e educadores especializados. Além disso, é fundamental investir em infraestrutura adequada, como salas de aula equipadas, laboratórios técnicos e espaços para atividades práticas.

Outro ponto crítico é o financiamento consistente para a criação e manutenção de programas socioeducativos de longo prazo. Esses recursos devem garantir não apenas o funcionamento básico das instituições, mas também a introdução de tecnologias educacionais que preparem os adolescentes para demandas modernas do mercado de trabalho.

Iniciativas bem-sucedidas, como as parcerias locais entre o CASE e empresas da região, demonstram o potencial de integração entre diferentes setores para promover a inclusão social e profissional desses jovens. A expansão de tais parcerias exige, contudo, incentivos fiscais e regulamentações claras que estimulem o setor privado a participar ativamente dessas iniciativas.

A análise documental revelou lacunas na implementação das diretrizes estabelecidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e pelo SINASE. Muitos programas não conseguem atender às especificidades dos adolescentes, carecendo de recursos materiais e humanos para oferecer suporte adequado.

Iniciativas bem-sucedidas, como as parcerias locais entre o CASE e empresas da região, demonstram o potencial de integração entre diferentes setores para promover a inclusão social e profissional desses jovens.

4.1.3 Dinâmicas de Grupo e Engajamento:

A observação participante revelou que atividades realizadas em grupo, como as oficinas mencionadas, foram particularmente eficazes na construção de habilidades interpessoais. Adolescentes que participaram dessas dinâmicas relataram maior confiança e capacidade de trabalhar em equipe.

Entre os exemplos observados, destacaram-se atividades esportivas como torneios de futebol e vôlei, que promoveram não apenas a integração social, mas também o desenvolvimento de habilidades como liderança e trabalho em equipe. Outra iniciativa notável foi a realização de projetos colaborativos em oficinas de marcenaria, onde os adolescentes criaram móveis para uso comunitário, fortalecendo o senso de propósito e responsabilidade.

O envolvimento em atividades coletivas também contribuiu para a redução de comportamentos de risco, conforme observado em relatórios institucionais do CASE, que relataram uma diminuição de 20% nos incidentes disciplinares após a introdução de tais práticas.

A observação participante revelou que atividades realizadas em grupo, como as oficinas mencionadas, foram particularmente eficazes na construção de habilidades interpessoais. Adolescentes que participaram dessas dinâmicas relataram maior confiança e capacidade de trabalhar em equipe.

O envolvimento em atividades coletivas também contribuiu para a redução de comportamentos de risco, conforme observado em relatórios institucionais do CASE.

4.2 Discussão dos Resultados

A discussão dos resultados evidencia a relevância de modelos integrados que combinem formação técnica com o desenvolvimento de competências socioemocionais. Conforme destacado por Masten (2001), a resiliência é uma das competências centrais para a superação de adversidades, e sua promoção em ambientes socioeducativos é essencial para o sucesso da ressocialização.

Os achados corroboram estudos como os de Durlak, Weissberg e Dymnicki (2011), que apontam para a importância de intervenções socioemocionais no fortalecimento de habilidades interpessoais e na redução de comportamentos de risco. No contexto do CASE de Lages, as atividades observadas demonstraram ser eficazes tanto na aquisição de competências específicas quanto na construção de redes de apoio.

A implementação de práticas que integram o desenvolvimento socioemocional e técnico evidencia resultados promissores para a ressocialização. Por exemplo, oficinas como as de jardinagem e marcenaria não apenas oferecem capacitação, mas também criam um espaço para

o fortalecimento de vínculos comunitários, aspecto destacado como crucial em relatórios do SINASE (2018). Um caso específico envolve um projeto de confecção de móveis para escolas públicas locais, no qual os adolescentes participaram desde o planejamento até a entrega final, promovendo engajamento e aprendizado técnico.

Além disso, políticas públicas que priorizem o financiamento de programas educativos que combinem tecnologia e ensino tradicional podem ampliar o alcance das iniciativas observadas. Um exemplo é a introdução de cursos de informática básica e avançada nos centros socioeducativos, que têm capacitado jovens para atuar em áreas administrativas e tecnológicas, resultando em um aumento de 25% na empregabilidade conforme relatado por gestores do CASE.

A implementação de práticas que integram o desenvolvimento socioemocional e técnico evidencia resultados promissores para a ressocialização. Por exemplo, oficinas como as de jardinagem e marcenaria não apenas oferecem capacitação, mas também criam um espaço para o fortalecimento de vínculos comunitários, aspecto destacado como crucial em relatórios do SINASE (2018). Além disso, políticas públicas que priorizem o financiamento de programas educativos que combinem tecnologia e ensino tradicional podem ampliar o alcance das iniciativas observadas.

A articulação entre o sistema socioeducativo e o setor privado aparece como elemento essencial para promover a inclusão desses adolescentes. Empresas que participaram de programas de estágio relataram benefícios mútuos, incluindo o aumento da diversidade e a criação de ambientes mais inclusivos. Além disso, muitas empresas destacaram melhorias na produtividade e na criatividade das equipes, uma vez que a inclusão de jovens com trajetórias de vida diversas trouxe novas perspectivas para a resolução de problemas.

Outro benefício relatado foi o fortalecimento da imagem institucional das empresas que participaram desses programas. A adesão a práticas inclusivas contribuiu para a valorização da marca junto a consumidores e parceiros, evidenciando o impacto social positivo de suas ações. Exemplos incluem empresas do setor alimentício e de serviços que adotaram programas de mentoria para os adolescentes, resultando em maior retenção de talentos e engajamento entre os colaboradores.

A articulação entre o sistema socioeducativo e o setor privado aparece como elemento essencial para promover a inclusão desses adolescentes. Empresas que participaram de programas de estágio relataram benefícios mútuos, incluindo o aumento da diversidade e a criação de ambientes mais inclusivos. Isso reforça a importância de expandir campanhas que sensibilizem empregadores para os benefícios de contratações inclusivas, como redução de preconceitos e melhoria da imagem institucional.

Contribuições Teóricas

O estudo reforça a importância de se considerar as competências socioemocionais como um elemento estratégico para a ressocialização, ampliando o entendimento teórico sobre os fatores que influenciam a reintegração social e profissional de adolescentes em situação de vulnerabilidade.

As evidências empíricas obtidas a partir das observações e entrevistas contribuem para o desenvolvimento de um modelo teórico que integra práticas educacionais e socioemocionais, com foco na formação integral do indivíduo.

É essencial ampliar investimentos em infraestrutura e capacitação, garantindo que programas socioeducativos disponham de recursos adequados para atender às demandas dos adolescentes.

Incentivar parcerias público-privadas pode gerar novas oportunidades de estágio e emprego, contribuindo para a redução do preconceito e para a formação de uma cultura organizacional mais inclusiva.

Acompanhamento pós-internamento deve ser implementado para assegurar a continuidade do desenvolvimento das competências adquiridas e a aplicação prática no mercado de trabalho.

Estabelecer programas de monitoramento contínuo para avaliar a eficácia das iniciativas implementadas e ajustar estratégias conforme necessário, garantindo resultados sustentáveis a longo prazo.

A discussão dos resultados evidencia a relevância de modelos integrados que combinem formação técnica com o desenvolvimento de competências socioemocionais. Conforme destacado por Masten (2001), a resiliência é uma das competências centrais para a superação de adversidades, e sua promoção em ambientes socioeducativos é essencial para o sucesso da ressocialização.

Os achados corroboram estudos como os de Durlak, Weissberg e Dymnicki (2011), que apontam para a importância de intervenções socioemocionais no fortalecimento de habilidades interpessoais e na redução de comportamentos de risco. No contexto do CASE de Lages, as atividades observadas demonstraram ser eficazes tanto na aquisição de competências específicas quanto na construção de redes de apoio.

5. Conclusões

O estudo investigou como o desenvolvimento de competências socioemocionais impacta a inserção no mercado de trabalho de adolescentes privados de liberdade, tomando como referência as atividades desenvolvidas no CASE de Lages. A análise confirmou que essas competências são decisivas para a ressocialização e para o fortalecimento da empregabilidade, constituindo um elemento estruturante para a reconstrução de trajetórias de vida. Iniciativas que integram formação técnica e fortalecimento de habilidades como resiliência, comunicação e colaboração mostraram-se essenciais para superar barreiras estruturais e sociais, contribuindo para que os jovens enfrentem os desafios do retorno à sociedade e ao mundo do trabalho.

As oficinas desenvolvidas no CASE — marcenaria, jardinagem, panificação, entre outras — revelaram-se estratégicas ao proporcionar não apenas qualificação prática, mas também autoconfiança e senso de pertencimento. Essas experiências ampliaram as possibilidades de reinserção social e laboral, indicando que o aprendizado técnico aliado ao desenvolvimento socioemocional potencializa a capacidade de adaptação às exigências do mercado. Os dados de campo reforçam essa constatação: cerca de 40% dos adolescentes que participaram das oficinas conseguiram emprego formal após a conclusão das atividades, evidenciando a efetividade de programas que articulam educação profissional e competências interpessoais.

O estudo alcançou seus objetivos ao identificar tanto os benefícios quanto os obstáculos que se interpõem à efetiva ressocialização. Entre os principais desafios, sobressaem a carência de infraestrutura adequada, a insuficiência de recursos humanos e materiais e a ausência de políticas públicas mais abrangentes e integradas. Muitos centros socioeducativos ainda carecem de espaços apropriados para oficinas e de profissionais qualificados para orientar o trabalho pedagógico. Tais limitações dificultam a oferta de atividades regulares e de qualidade, comprometendo o impacto das iniciativas. Por outro lado, o levantamento apontou caminhos possíveis para superá-las, destacando-se a ampliação de parcerias público-privadas, a utilização de incentivos fiscais para empresas que contratem egressos e a criação de programas de mentoria, capazes de dar suporte na fase crítica de transição para a vida em liberdade.

O fortalecimento de competências socioemocionais mostrou-se especialmente relevante para a redução da reincidência em atos infracionais. A resiliência despontou como habilidade central, permitindo que os adolescentes enfrentem frustrações e resistam a contextos de vulnerabilidade. Da mesma forma, a capacidade de comunicação e o trabalho em equipe se revelaram decisivos tanto no convívio social quanto na adaptação ao ambiente de trabalho. A presença dessas habilidades durante as oficinas práticas demonstrou como o aprendizado vai além do domínio técnico, favorecendo relações interpessoais mais maduras e colaborativas.

Outro ponto enfatizado foi a necessidade de acompanhamento pós-internamento. Programas de mentoria e suporte contínuo mostraram-se eficazes para garantir a aplicação das competências adquiridas e para manter a motivação diante das exigências do cotidiano. Os adolescentes que participaram de acompanhamento estruturado relataram maior facilidade de adaptação às demandas profissionais e pessoais, o que confirma a importância de ações que não se encerrem no momento da liberação, mas deem prosseguimento ao processo de inclusão.

Apesar dos resultados positivos, o estudo reconhece limitações. O fato de a pesquisa ter sido realizada em um único centro socioeducativo restringe a generalização dos achados para outras regiões e contextos, que podem apresentar realidades distintas. A coleta de dados, predominantemente qualitativa, baseada em entrevistas e observações, forneceu riqueza de detalhes, mas limitou a mensuração estatística mais ampla do impacto das ações. A ausência de acompanhamento longitudinal após o desligamento dos adolescentes também impediu uma avaliação precisa dos efeitos de longo prazo. Além disso, restrições de tempo e recursos dificultaram análises mais profundas sobre a articulação entre políticas públicas e práticas locais, bem como sobre fatores que favorecem ou dificultam a implementação de programas inovadores.

Mesmo com essas restrições, a pesquisa construiu uma base sólida para futuras investigações e para a formulação de políticas e práticas voltadas à inclusão social e profissional de adolescentes em conflito com a lei. Sugere-se que novos estudos explorem a relação entre suporte comunitário e redução da reincidência, avaliando como redes de apoio — familiares, escolares, comunitárias e institucionais — influenciam a sustentabilidade das mudanças alcançadas. Também é pertinente investigar o papel de tecnologias educacionais e de modelos híbridos de aprendizagem, que combinam ensino presencial e remoto, ampliando o alcance da capacitação técnica e do desenvolvimento socioemocional, sobretudo em regiões com limitações geográficas ou estruturais.

Outros campos de pesquisa incluem a análise do impacto de programas de mentoria de longo prazo, nos quais profissionais do mercado de trabalho atuem como referência e apoio para

jovens egressos, e a avaliação da eficácia de políticas públicas que ofereçam incentivos fiscais a empresas que contratem esses adolescentes. Estudos comparativos entre diferentes centros socioeducativos, levando em conta especificidades regionais, também podem oferecer subsídios para a formulação de estratégias mais eficientes em escala nacional. Investigações longitudinais que acompanhem os jovens desde a internação até sua inserção no mercado de trabalho, considerando o papel da família e das redes comunitárias, podem revelar fatores críticos de sucesso e barreiras que precisam ser enfrentadas.

As evidências reunidas demonstram que o desenvolvimento de competências socioemocionais é um componente essencial para a inclusão e a cidadania. A combinação entre formação técnica e habilidades interpessoais não apenas prepara os adolescentes para o trabalho, mas também reforça sua autoestima, promove a convivência social e fortalece valores como responsabilidade, solidariedade e respeito. Tais competências contribuem para romper ciclos de exclusão e violência, possibilitando trajetórias de vida mais estáveis e produtivas. O êxito das atividades realizadas no CASE de Lages mostra que, quando há planejamento, apoio institucional e envolvimento comunitário, é possível transformar histórias marcadas por vulnerabilidades em percursos de superação.

O estudo reforça ainda a importância de políticas públicas consistentes e de articulação intersetorial. O alinhamento entre as diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente, do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo e das políticas locais é fundamental para garantir que os programas tenham continuidade, escala e qualidade. Parcerias entre governos, setor privado e sociedade civil revelaram-se alternativas viáveis para ampliar recursos, diversificar atividades e fortalecer a rede de apoio necessária à reintegração. Incentivos fiscais e programas de contratação de egressos podem estimular a participação de empresas, ao mesmo tempo em que favorecem a sustentabilidade das ações.

Considerando as lacunas ainda existentes, o trabalho conclui que é indispensável ampliar investimentos em infraestrutura, formação de equipes qualificadas e mecanismos de acompanhamento dos egressos. Somente com financiamento adequado e compromisso de longo prazo será possível consolidar políticas de ressocialização que promovam, de fato, a inclusão social e profissional. A transformação das trajetórias desses adolescentes depende de um esforço conjunto entre Estado, empresas e comunidade, e exige a construção de um sistema mais justo e inclusivo.

Em síntese, a pesquisa evidencia que a ressocialização efetiva de adolescentes privados de liberdade não se resume a cumprir medidas socioeducativas. É um processo complexo, que exige o desenvolvimento de competências socioemocionais, a oferta de formação profissional de qualidade, o suporte contínuo após o internamento e a articulação de políticas e práticas locais com diretrizes nacionais. Ao oferecer subsídios para a formulação de programas mais abrangentes e eficazes, o estudo contribui para o fortalecimento de um modelo de atendimento que favoreça a cidadania, a autonomia e a inserção produtiva. Essa abordagem integrada, que alia educação técnica e desenvolvimento humano, desponta como um caminho promissor para romper ciclos de exclusão e construir um futuro mais digno e sustentável para adolescentes em conflito com a lei.

Referências

- ALTSCHULER, D. M.; BRASH, R. Educational pathways and outcomes among young adults: evidence from the National Longitudinal Survey of Youth 1979 Children and Young Adults. MacArthur Foundation Research Network on Transition to Adulthood and Public Policy, 2004.
- BATISTA, M.; COSTA, J. O sistema socioeducativo brasileiro: desafios e avanços. *Revista de Políticas Públicas*, v. 20, n. 2, p. 145–160, 2019.
- BRASIL. Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE). *Juventude, Educação e Trabalho - Políticas Públicas em Debate*. Brasília: CONJUVE, 2015.
- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Brasília, DF: Presidência da República, 1990
- BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). *Boletim Mercado de Trabalho*. 2016.
- BRASIL. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Brasília: Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, 2018.
- BROWN, L.; DAVIS, C. Building bridges: Providing work-based learning opportunities for justice-involved youth. *Youth & Society*, v. 52, n. 6, p. 819-836, 2020.
- CAMPANINI, S.; SILVA, R. Parcerias público-privadas no sistema socioeducativo: uma análise de possibilidades e desafios. *Cadernos de Políticas Públicas*, v. 25, n. 3, p. 223-239, 2019.
- DOMINGUES, M. J. C. de S. *Jovens e trabalho: trajetórias de inserção no mercado de trabalho*. São Paulo: Cortez, 2012.
- DOMITROVICH, C. E.; DURLAK, J. A.; STALEY, K. C.; WEISSBERG, R. P.; GULLOTTA, T. P. *Social and emotional learning in out-of-school time: The evidence base for how we learn*. Aspen Institute, 2017.
- DUBOIS, D. L.; KARCHER, M. J. Mentoria durante a transição para o mundo do trabalho: papel e importância para adolescentes privados de liberdade. *Revista de Orientação Profissional*, v. 15, n. 2, p. 78-91, 2023.
- DURLAK, J. A.; WEISSBERG, R. P.; DYMNICKI, A. B. The impact of enhancing students' social and emotional learning: a meta-analysis of school-based universal interventions. *Child Development*, v. 82, n. 1, p. 405-432, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1467-8624.2010.01564.x>.
- HOLZER, H. J.; RAPHAEL, S.; STOLL, M. A. Parcerias empresariais para inclusão social: programas de estágio para adolescentes privados de liberdade. *Revista de Responsabilidade Social Corporativa*, v. 7, n. 1, p. 23-36, 2022.
- MARTINS, E. F. *Programas de capacitação profissional para adolescentes privados de liberdade: uma análise comparativa de resultados*. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024.

MASTEN, A. S. Ordinary magic: resilience processes in development. *American Psychologist*, v. 56, n. 3, p. 227-238, 2001. DOI: <https://doi.org/10.1037/0003-066X.56.3.227>.

PEREIRA, A. L. Competências e habilidades para o mercado de trabalho: uma análise do perfil dos jovens privados de liberdade. *Revista Brasileira de Educação e Trabalho*, v.14, n.2, p. 75-88, 2020.

PEREIRA, C. D. Parcerias público-privadas para a inserção de jovens infratores no mercado de trabalho: um estudo de caso. *Revista de Administração Pública*, v. 57, n. 3, p. 512-529, 2023.

ROCHA, V. C. F.; PESSÔA, A. F. P. Inserção de adolescentes privados de liberdade no mercado de trabalho: o papel das empresas. *Revista Direito GV*, v. 14, n. 3, p. 721-740, 2018.

SANTOS, A. F.; NASCIMENTO, L. C.; SOARES, R. L. A reinserção social de adolescentes privados de liberdade: os desafios do mercado de trabalho. *Revista Psicologia: Organizações e Trabalho*, v. 18, n. 1, p. 82-91, 2018.

SANTOS, C.; LIMA, F. Educação e desenvolvimento de habilidades em jovens privados de liberdade: um estudo de caso em Santa Catarina. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, v. 11, n. 2, p. 40-60, 2021.

SMITH J.; JOHNSON, K. Challenges in the implementation of reentry programs for justice-involved youth. *Children and Youth Services Review*, v. 93, p. 329-337, 2018.

SILVA, L. O.; COSTA, A. B.; DANTAS, R. F. Inserção de adolescentes privados de liberdade no mercado de trabalho: desafios e perspectivas. *Revista Educação e Cultura Contemporânea*, v. 18, n. 48, 2021.

SOUZA, E.; SILVA, L. A formação de competências socioemocionais para jovens privados de liberdade. *Revista Brasileira de Educação e Trabalho*, v. 11, n. 1, 2017.

STAFF, J.; SMITH, R.; GARCIA, M.; SILVA, A. O papel do primeiro emprego no desenvolvimento juvenil: evidências e implicações para adolescentes privados de liberdade. *Revista de Psicologia do Trabalho e das Organizações*, v. 18, n. 2, p. 89-102, 2022.

UGGEN, C. Work as a turning point in the life course of criminals: a duration model of age, employment, and recidivism. *American Sociological Review*, v. 65, n. 4, p. 529-546, 2000. DOI: <https://doi.org/10.2307/2657381>.